

ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XXXX

MINUTA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO DE EXCELÊNCIA EM BOVINOCULTURA DE CORTE SENAR MS (CEBC) E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CONFORME EDITAL Nº XXX/XXXX, CONCORRÊNCIA Nº XXX/XXXX E SEUS ANEXOS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, por meio de sua filial **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS)**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º **04.253.881/0002-94**, estabelecida na Avenida Rádio Maia, n.º 830, Vila Popular, nesta capital neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 013/21/PRES.CA, pelo Superintendente, **Sr. Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º....., Inscrição Estadual n.º....., Inscrição Municipal n.º....., com sede na, neste ato representada por, portador do RG n.º..... e do CPF n.º, e-mail, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente CONTRATO de prestação de serviços, de acordo com o que determina o Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, aprovado pela Resolução nº 001/CD, de 15/02/2006 (DOU 23/02/2006), alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011), pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) e pela Resolução nº 39/21/CD de 08/12/2021 e legislação pertinente, bem como cláusulas e condições constantes do ato convocatório, o qual decorre da homologação do resultado da Concorrência 009/2022 pelo

Presidente do Conselho de Administração do SENAR-AR/MS, aplicando-se a este as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a execução de obra de ampliação de estacionamento em piso intertravado e construção de um depósito, visando atender as necessidades do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**.

1.1.1. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO.

item	Discriminação	Valor Total
1	Serviços de ampliação de área de estacionamento em piso intertravado e construção de depósito. Piso tipo - Paver natural, retangular 10x20x08cm, resistência de 35 MPa. Conforme ABNT NBR 9781:2013	R\$

1.2. O Edital e os ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII são considerados partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independente de transcrição.

1.3. Os Serviços serão prestados com emprego de todo material necessário para execução, inclusive limpeza e retirada de restos de materiais.

1.4. ESCOPO DOS SERVIÇOS PARA AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO:

1ª etapa: Toda a área destinada a ampliação do estacionamento deverá ser marcada com uso de estacas e gabaritos, para que os níveis e dimensões sejam respeitados.

2ª etapa: Após a locação de estacas e gabaritos, deverá ser feita a limpeza da camada vegetal de forma mecanizada, remoção de guias para readequação do canteiro com vegetação, e descarte do material com caminhão basculante em local apropriado, que obedeça aos critérios ambientais e sanitários estabelecidos pelo município de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul, para esse tipo de material.

3ª etapa: Deverão ser escavadas as valas para o sistema de drenagem, de forma mecanizada, para assentamento dos tubos de PVC com 200mm de diâmetro para condução da água pluvial, caixas de drenagem, bocas de lobo e sumidouros. Os tubos deverão ser assentados sobre berço de areia adensada com espessura de 5cm e após a instalação os mesmos deverão ser cobertos com areia, 10cm de espessura, adensada com água. Após essa camada a vala poderá ser preenchida com aterro devidamente compactado.

4ª etapa: As caixas de drenagem deverão ser feitas sob base de concreto com espessura de 10cm, e serão executadas in loco com alvenaria chapiscada e rebocada com aditivo impermeabilizante.

5ª etapa: Toda a água captada será conduzida para 04 sumidouros de concreto armado pré-moldados, com diâmetro de 160cm, e perfurado para que a água também percole através das paredes. Os sumidouros possuirão 04 metros de profundidades, conforme referência abaixo:



Imagem 01: referência para execução de sumidouro pré-moldado com tampa de concreto armado.

Os quatro sumidouros deverão ser interligados através de tubo de PVC com diâmetro de 200mm, a uma profundidade de 1,5m em relação ao nível do solo. O fundo de cada sumidouro deverá possuir uma camada de 50cm de brita número 04.

Os anéis dos sumidouros pré-moldados deverão ser içados para dentro da vala de forma que não haja dano em sua estrutura, na interface de cada anel deverá ser feita a ligação com argamassa. A tampa dos sumidouros deverá ser em concreto armado pré-moldado.

6ª etapa: As bocas de lobo com grelhas de ferro fundido, com dimensão 30x100cm serão locadas nas sarjetas (com 30cm de largura) e a captação deverá feita conforme referência abaixo:



Imagem 02: referência para execução de boca de lobo com grelha de ferro fundido.

Sendo que para a caixa que será locada imediatamente antes ao sumidouro, deverá ser instalada uma grelha de ferro fundido de 50x50cm.

7ª etapa: Para confinamento do estacionamento, será utilizado meio fio em concreto pré-moldado do tipo liso, nas dimensões 08x25x80cm (espessura x altura x largura), sendo a parte abaulada em direção ao estacionamento, conforme referências abaixo:



Imagem 03: meio fio liso em concreto pré-moldado, 08x25x80cm.



Imagem 04: referência para assentamento de meio fio liso em concreto pré-moldado, 08x25x80cm.

8ª etapa: O terreno deverá ser umedecido, com caminhão pipa, e compactado com uso de rolo compactador.

9ª etapa: Com o subleito nivelado e completamente compactado, deverá ser lançada e espalhada, uma camada de brita graduada simples (BGS), após umedecimento e compactação

com placa vibratória ou rolo compactador, a camada deverá possuir 15cm de espessura e grau de compactação de 95% ou mais.

Obs: caso a compactação seja feita com uso de placa vibratória, a mesma deverá ser realizada de forma progressiva a cada 5 cm de brita graduada simples (BGS).

10ª etapa: Após a conclusão da camada de BGS, deverá ser executada uma camada de brita graduada tratada com cimento (BGTC), com proporção de pelo menos 10% de cimento na mistura, a camada deverá ser regularizada, umedecida, compactada e após isto possuir espessura de 10cm.

11ª etapa: A camada seguinte deverá ser de areia, com espessura de 05cm, de forma que a mesma seja umedecida para que haja o máximo adensamento dos grãos. A camada de areia, após adensamento, deverá ser sarrafeada para que a superfície fique plana para o recebimento dos blocos de piso intertravado 10x20x08cm.

12ª etapa: Nessa fase os blocos de piso intertravado deverão ser assentados com auxílio de linha e gabaritos, para que o alinhamento seja mantido. A paginação deverá ser do tipo tijolinho, conforme imagem abaixo:

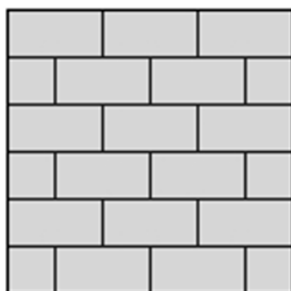


Imagem 05: paginação de piso intertravado.

13ª etapa: Após o assentamento do piso intertravado, deverá ser realizado o rejunte com espalhamento de pó de pedra e uso de placa vibratória.

14ª etapa: Após a conclusão definitiva do piso intertravado, as vagas dos veículos (carros e motos) deverão ser demarcadas com tinta acrílica, 02 demãos, na cor amarelo e sinalização horizontal na cor branca.

15ª etapa: Após as demarcações, deverá ser instalado 01 par de bate-rodas de concreto pré-moldado nas dimensões 15x20x75cm (espessura x altura x comprimento) em todo o estacionamento, nas vagas de carros e 01 unidade nas vagas de motos, inclusive no estacionamento existente. Conforme referência abaixo:



Imagem 06: referência para bate rodas.



Imagem 07: referência para bate rodas.



Imagem 08: referência para bate rodas.

Obs: Os bate rodas deverão ser previamente pintados de amarelo.

16ª etapa: Deverão ser instalados 15 paraciclos tipo Sheffield em aço inox, conforme projeto, sendo sua fixação do tipo engastada (chumbado) com concreto $f_{ck} = 20\text{MPa}$.

17ª etapa: Toda a área deverá ser limpa, com remoção total de todo e qualquer os resíduos provenientes da execução da obra.

1.5. ESCOPO DOS SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO:

1ª etapa: A área de implantação do depósito, deverá ser limpa com remoção de toda camada vegetação. Feito isso deverá ser realizada a locação de gabarito com eixo de todos os componentes estruturais.

2ª etapa: Deverão ser escavadas as valas para baldrame e blocos de fundação. Com o uso de trado deverão ser executadas as perfurações para as fundações profundas que possuirão 25cm de diâmetro e 4,50m de profundidade.

3ª etapa: Após a conclusão das escavações, deverão ser concretadas as estacas, com concreto usinado fck = 25MPa, de forma que cerca de 5cm da estaca adentre no bloco de fundação.

4ª etapa: Com as estacas concretadas, com arranques aparentes e arrasadas, deverá ser locada a fôrma dos blocos de fundação e vigas baldrame, bem como a armação de cada um e o arranque dos pilares.

Obs: se atentar ao uso de material granular no fundo das caixas antes da concretagem.

5ª etapa: Após a concretagem dos elementos de fundação, com concreto usinado fck = 25MPa e com uso de vibrador, as fôrmas de madeira serrada deverão ser removidas e as estruturas deverão ser cobertas com duas demãos de tinta asfáltica impermeabilizante.

6ª etapa: Com as fundações concluídas, e arranques dos pilares aparentes, deverá ser executada a laje de piso. Seu preparo será feito com material granular, seguido de lona plástica para que não se perca umidade do concreto para o solo, e tela eletrosoldada Q-92 com espaçadores para que a mesma não fique encostada na lona. A laje de piso deverá possuir espessura de 10cm e possuir acabamento semi polido.

7ª etapa: Deverão ser confeccionadas, locadas e travadas as fôrmas dos pilares (feitas de compensado plastificado), e concretadas com uso de vibrador. No momento de locar a armadura dos pilares deverão ser tomados os devidos cuidados para que haja convergência com o arranque.

8ª etapa: Após a desfôrma dos pilares, deverá ser executada a alvenaria em tijolos cerâmicos maciços aparentes e frisados, de forma que se atenha a altura de contravergas e vergas. Após concluída, internamente toda a alvenaria deverá ser chapiscada e rebocada com uso de taliscas.

9ª etapa: A partir dessa etapa, deverá ser montado todo o escoramento e fundo de vigas de cobertura e laje maciça, que deverá possuir inclinação de 2% para que não haja acúmulo de água em sua superfície.

10ª etapa: As armaduras das vigas e laje de cobertura deverão ser acomodadas sob espaçador do tipo “cadeirinha” ou similar, de forma que não seja prejudicado o cobrimento em sua parte

inferior. Para a armadura da laje maciça, deverão ser executados “caranguejos” para que as armaduras positivas e negativas estejam em suas devidas posições. Durante a concretagem deverá ser utilizado vibrador para que o concreto $f_{ck} = 25\text{MPa}$ seja devidamente acomodado.

Obs: as fôrmas das vigas e laje de cobertura deverão ser confeccionadas de compensado plastificado.

11ª etapa: Após a desfôrma e remoção de escoramentos, se dará início a fase de acabamento, com a execução de seladora, massa acrílica, pintura e instalação de esquadrias.

12ª etapa: Toda a área deverá ser limpa, com remoção total de todo e qualquer os resíduos provenientes da execução da obra.

1.6. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA.

1.6.1. Para a execução dos serviços objeto deste instrumento, deverão ser observadas as leis e posturas municipais para a realização de serviços.

1.6.2. Condições de segurança do trabalho.

1.6.3. Todos os colaboradores envolvidos deverão usar os equipamentos de proteção individual cabíveis para o pleno exercício de suas atividades (capacete, óculos de proteção, protetor auricular, botina, luvas etc.), bem como atender os requisitos mínimos estabelecidos pelas normas regulamentadoras 06 e 18.

1.6.4. Nenhum trabalhador da equipe poderá executar suas funções, sem estar portando e utilizando os EPI's necessários.

1.7. EQUIPE CONTRATADA.

1.7.1. A qualquer momento o **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS** poderá solicitar a substituição da mão de obra envolvida na prestação de serviços, mediante notificação, devendo ser atendido de imediato.

1.7.2. No caso de necessidade de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo.

1.7.3. A execução dos serviços caberá a **CONTRATADA** por meio do profissional designado para tal – responsável técnico (engenheiro civil ou arquiteto), que deverá comparecer à sede do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, ou outro local designado, toda vez que for solicitado, bem como acompanhar a fiscalização durante as visitas à obra.

1.7.4. No caso de falta do responsável técnico à visita programada na obra ou nas dependências do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, a **CONTRATADA** será

advertida. No caso de reincidência, o **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, poderá solicitar a troca do profissional faltante e/ou paralisar a obra.

1.7.5. Todas as ocorrências estranhas a execução dos serviços deverá ser comunicada por e-mail, tanto pela **CONTRATADA** como pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, com a devida identificação do remetente, bem como constar em Diário de Obras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integram este instrumento os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

- a) Edital nº xxx/xxxx e seus Anexos.
- b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.
- c) Documentos de Habilitação.
- d) Demais elementos integrantes do procedimento licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente instrumento, tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S): xxxxxxxxxxxx**.

3.3. Este instrumento poderá sofrer acréscimos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contratado, na forma do art. 30 do RLC do SENAR e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento vigorará pelo período de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados a partir da data de xx de xxxxx de 202x, podendo ser prorrogado.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.** O regime de execução adotado será a **empreitada indireta por preço global**.
- 5.2.** A **CONTRATADA** terá até 10 (dez) dias úteis para apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).
- 5.3.** A solicitação dos serviços, será somente após a apresentação da ART/RRT e por meio da emissão da Autorização de Fornecimento.
- 5.3.1.** A **CONTRATADA** terá 15 (quinze) dias úteis para mobilização e início de obra, após emissão da Autorização de Fornecimento.
- 5.4.** Os serviços serão executados nos dias e horários de expediente do **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS**, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h e das 13h às 17h, na sede da Instituição, localizada na Avenida Rádio Maia, nº 830, Vila Popular, dentro da Embrapa Gado de Corte, Campo Grande/MS, CEP: 79.106-550.
- 5.5.** O prazo de execução será de **120 (cento e vinte dias)** dias contados da emissão da Autorização de Fornecimento.
- 5.6.** Os serviços deverão ser executados rigorosamente conforme projetos e demais anexos.
- 5.7.** Toda e qualquer alteração que por necessidade precisa ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e autorização do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**.
- 5.8.** Todos os serviços deverão atender as normas e recomendações da ABCP e ABNT.
- 5.9.** Estão previstas no máximo 04 (quatro) medições durante a prestação dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro proposto.
- 5.10.** A entrega inclui a descarga e organização do material que será utilizado durante a execução dos serviços bem como as despesas adicionais com essas tarefas.
- 5.11.** A **CONTRATADA** será responsável por retirar todo material remanescente da execução deixando a área completamente limpa.
- 5.12.** O **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS** poderá recusar qualquer serviço defeituoso ou imprestável, devendo a **CONTRATADA** promover a correção às suas expensas, bem como, poderá cancelar a Autorização de Fornecimento, no todo ou em parte, de acordo com sua conveniência.
- 5.13.** A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade na execução do objeto, bem como no material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

5.14. Serão garantidas ao **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS** todas as garantias legais relacionadas à prestação dos serviços sem prejuízo àquelas fornecidas pelos fabricantes quanto a eventuais defeitos e vícios dos equipamentos.

5.15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

5.15.1. Concluída a execução dos serviços, o objeto será provisoriamente recebido pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

5.15.2. O **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS** poderá recusar o recebimento provisório, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações e com relação ao padrão de qualidade.

5.15.3. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

5.15.4. O prazo para execução das inconformidades apontadas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS** será definido pelo Fiscal do Contrato, após análise da complexidade dos serviços, e será informado no Termo de Recebimento Provisório, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias.

5.15.5. Após o recebimento provisório da obra e até seu recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá fornecer toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.

5.15.6. O recebimento definitivo da obra será efetuado pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.15.7. O recebimento dos serviços está condicionado ainda à verificação do atendimento aos seguintes aspectos:

a) Ressarcimento ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, por eventuais prejuízos, vícios e danos provocados ao seu patrimônio durante a execução dos serviços ou após a entrega provisória do novo fechamento da platibanda, caso seja comprovado que o prejuízo tenha sido ocasionado por negligência da **CONTRATADA** ou por vício de obra.

b) Pleno atendimento ao projeto; às normas; às especificações; e, aos padrões de qualidade.

c) Limpeza geral da obra na entrega.

5.16. A **CONTRATADA** mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus materiais, ou do próprio material, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.17. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia contra defeitos de fabricação dos materiais, produtos e/ou equipamentos empregados na execução, e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.18. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em parcelas mediante medição realizada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**, conforme item 4.9 do Termo de Referência, não serão aceitas medições com valores inferiores ao total acumulado.

6.2. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal e recebimento do objeto, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**;

b) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo; e,

c) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

6.2.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto contratado, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

6.2.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

6.2.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

6.2.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 6.2.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**.

6.3. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS**, acompanhada da medição dos serviços, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA** para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

6.3.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

6.4. Deverá constar na nota fiscal emitida: a medição conforme cronograma, o valor total, o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento, o número do Contrato e/ou da Autorização de Fornecimento.

6.5. Valores constantes da Nota Fiscal deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo **SENAR-AR/MS**.

6.6. As notas fiscais não aprovadas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS** serão devolvidas à **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 6.2** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

6.7. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **Centro de Excelência em Bovinocultura em Corte SENAR MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.1.1. Designar um responsável para ser o contato de referência para todas e quaisquer soluções necessárias visando a boa execução deste instrumento.

7.1.2. Cumprir o objeto do presente instrumento, executando o objeto em estrita observância as exigências contidas neste Instrumento, Termo de Referência, Edital e seus anexos, realizando inclusive as substituições que se fizerem necessárias, ainda que em casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.1.3. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

7.1.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.1.5. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

7.1.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

7.1.7. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

7.1.8. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

7.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.10. Comunicar ao responsável indicado pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

7.1.11. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

7.1.12. Comunicar imediatamente ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

7.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

7.1.14. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

7.1.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativas aceitas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

7.2. Constituem obrigações do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.2.1. Designar formalmente um responsável para fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do objeto pela **CONTRATADA**.

7.2.2. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

7.2.3. Fornecer informações, dados e elementos à **CONTRATADA**, das especificações e características pertinentes à execução do objeto.

7.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas/especificações contidas neste instrumento e na legislação pertinente em vigor.

7.2.5. Rejeitar qualquer material/produto/serviço em desacordo com as orientações passadas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** ou com as especificações constantes neste Instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

7.2.6. Notificar, formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento.

7.2.7. Notificar a **CONTRATADA** fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto.

7.2.8. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio da unidade demandante/fiscalizadora.

7.2.9. Efetuar os pagamentos na forma convencionada, dentro dos prazos, desde que atendidas às formalidades previstas.

7.2.10. Não permitir que outrem execute o objeto desta licitação que se obrigará a **CONTRATADA**.

7.2.11. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS

8.1. A **CONTRATADA**, em caráter irrevogável e irretratável, assume o fiel cumprimento do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**, pautando sua conduta durante a vigência de toda a relação contratual nos princípios da ética, da integridade e da moralidade e boa-fé, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações e condutas que incorram na prática de atos de corrupção, fraudes ou demais atos ilícitos e contrários às Políticas de Integridade da entidade, sob pena de responsabilização e rescisão contratual.

8.1.1. A **CONTRATADA** se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.1.2. A **CONTRATADA** se compromete, ainda, a instruir seus colaboradores alocados na execução deste contrato, sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE MANTER SIGILO

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **CONTRATANTE**.

9.1.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, comercial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

9.2. A **CONTRATADA** deve ainda, adotar todas as providências necessárias para somente transmitir as informações a que tiver acesso os seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços que necessitem ter acesso às mesmas para a execução deste instrumento, obrigando-se a cumprir com todas as obrigações de confidencialidade contidas nesta cláusula.

9.3. Se a **CONTRATADA** for obrigada, por ordem judicial, administrativa ou de órgão governamental, por lei, norma, regulamentação ou por intimação ou outro procedimento legal

aplicável à divulgação de informações confidenciais, ela poderá fazê-lo sem que seja caracterizado o descumprimento desta cláusula, desde que o **CONTRATANTE** seja imediatamente notificado acerca de referida solicitação e que a tenha cumprido no limite do exigido.

9.4. Caso a **CONTRATADA** utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato, o contrato firmado, sem prejuízo de ser responsabilizada civil, criminal e administrativamente e, eventual, apuração e retenção dos créditos decorrentes de sua execução, até os limites dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O **CONTRATANTE** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

10.2. A fiscalização pelo **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto desse instrumento.

10.3. A ausência de comunicação por parte do **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas nesse instrumento.

10.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar caso a execução do objeto pela **CONTRATADA** não forem entregues a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **CONTRATANTE**.

10.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

11.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **CONTRATANTE** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

11.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do objeto contratado.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

11.1.2. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas nesse instrumento, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade e fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

11.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em iniciar a execução do serviço após assinado o contrato.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a **CONTRATADA** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da **CONTRATADA**, determinante para ensejar a rescisão do contrato.

11.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 02 (dois) anos.**

11.2. A ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE**.

11.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

11.3.1. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pela **CONTRATADA**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**.

11.4. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **CONTRATANTE**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa e/ou judicial.

11.5. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

11.6. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **CONTRATANTE** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

11.7. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **CONTRATANTE** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

11.8. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange ao item que lhe tenha sido adjudicado, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

12.1. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

12.2. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

12.3. A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

12.4. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática

ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. No desenvolvimento das atividades relacionadas com a execução deste instrumento, as Partes observarão, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas regulamentações, comprometendo-se a proceder ao correto e adequado tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso, inclusive pugnando pelo estrito e fiel cumprimento de suas obrigações relacionadas ao tema.

13.1.1. A violação dos preceitos legais aplicáveis, por qualquer das Partes, sujeita a infratora às sanções contratuais, civis e penais decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

- a)** inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas;
- b)** Ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA**;
- c)** inobservância do Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**;
- d)** inobservância das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**;
- e)** inobservância das leis aplicáveis ao combate à corrupção, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

14.1.1. A rescisão contratual fica condicionada à notificação da **CONTRATADA** para exercício do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

14.1.2. A rescisão, por quaisquer dos motivos previstos nos dispositivos do diploma legal anterior, não dará à **CONTRATADA** o direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **CONTRATANTE** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

14.1.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste instrumento, limitada ao valor dos prejuízos causados, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

14.2. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido amigavelmente, desde que verificada a conveniência e oportunidade por parte do **CONTRATANTE** e seja expressamente consentido por ambas as partes.

14.3. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **CONTRATANTE** decidir expressamente pela continuidade do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste instrumento e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **CONTRATANTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxx de 2022.